

Governo nega congelamento

Ailton C. Freitas 1.3.90

O novo aperto monetário embutido no pacote de medidas recessivas que estão sendo adotadas pelo governo a partir deste mês para reverter a expectativa inflacionária provocará nova alta das taxas de juros, que já estão em torno de 60% reais ao ano, a mais elevada taxa real histórica do País. Segundo informações colhidas ontem pelo Jornal de Brasília, esse efeito de alta dos juros, conjugado com o efeito da política salarial restritiva já em prática, será suficiente para garantir uma contenção de demanda, desestimulando a prática de preços especulativos.

Para concretizar o maior aper-
to de liquidez, o governo não precisa tomar nenhuma nova iniciativa. Setembro é o mês em que os bancos terão de iniciar o pagamento dos recursos de socorro tomados nos primeiros dias do Plano Collor, junto ao Banco Central, para enfrentar o aper-
to de liquidez surgido com o bloqueio de cruzados novos. Estima-se que será recolhido, por este motivo, o equivalente a um pouco mais de US\$ 1 bilhão do mercado.

Sem congelamento

O novo elenco de medidas — que inclui, além de uma política monetária altamente restritiva, um duro combate aos cartéis e aos abusos do poder econômico — não trará novo congelamento de preços, segundo assegurou ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Cláudio Humberto Rosa e Silva. O porta-voz foi veemente, ao comentar notícias nesse sentido publicadas, ontem, por alguns jornais. Segundo ele, tais informações não passam de "uma mentira, um chutão quadrimestral e uma coisa insustentável e sem qualquer fundamento".

Para ele, esse tipo de boato de congelamento podia colar no governo anterior, não no atual. "Basta ver que a tendência de política econômica trabalha no sentido exatamente oposto a um congelamento, liberando todos os preços e até extinguindo o controle de preços aqueles (produtos) considerados essenciais, que integravam as listas da Sunab (Superintendência Nacional do Abastecimento)", observou o porta-voz.



Zélia identifica aumentos

A política de combate à inflação, segundo se afirmava, ontem, no Palácio do Planalto, já está traçada e ficará isenta de surpresas. Os mecanismos contra possíveis tendências de alta nos preços são os mesmos conhecidos desde a deflagração do Plano Collor e consagrados até aqui: uma rígida e inflexível política monetária, redução da alíquota do Imposto de Importação, de modo a facilitar o ingresso de alguns produtos no mercado brasileiro, para com isso coibir abusos nos preços e estimular a concorrência; fiscalização atenta aos cartéis e monopólios e combate ao abuso do poder econômico, feito através da Secretaria Nacional de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça e já em andamento. Segundo Cláudio Humberto, o presidente Collor dará todo o respaldo político necessário àquela Secretaria para que combatá os crimes econômicos com eficiência.

Ainda conforme informação colhida pelo Jornal de Brasília, a iniciativa do pacto social será tomada independentemente da adoção destas medidas. O governo não quer ficar restrito aos mecanismos clássicos de combate à inflação. Por isso, tentará novamente aventurar-se pelo movediço terreno do pacto, responsável pela retomada do crescimento econômico e pela estabilização inflacionária em países como Espanha, México e Portugal, porém jamais viabilizado no Brasil.